

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO

Divulgação



Márlon: “Eleitor está excluído do processo”

Como os caciques aprisionaram as eleições

O advogado e ex-juiz eleitoral Márlon Reis não tem dúvidas. São muito poucos os eleitores brasileiros que compreendem como funciona o sistema proporcional com lista aberta a partir do qual elegemos os nossos deputados, estaduais, distritais e federais. Muito poucos compreendem que em boa parte das vezes votam em determinado candidato para eleger outro. Há, porém, um seletor grupo que sabe muito bem como tudo funciona. Tão bem que prevê com impressionante precisão quem será eleito. Esse seletor grupo é formado pelos caciques partidários. “Esses dirigentes excluíram o povo da escolha”, afirma Márlon, com segurança. “E essa é hoje a raiz dos nossos maiores problemas políticos”.

Ficha Limpa

Com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que integra, Márlon foi o idealizador da Lei da Ficha Limpa, um dos maiores avanços legais brasileiros dos últimos tempos. Avanços que tiveram grande recuo recentemente, quando o Congresso alterou pontos da lei reduzindo as possibilidades de inelegibilidade. O MCCE ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF).

Rodolfo Stuckert/Câmara dos Deputados



Entrega da Lei da Ficha Limpa ao Congresso

Ação tentará retomar a Ficha Limpa

Para além de contestações no texto, a ação ataca um ponto: o Senado modificou o texto que veio da Câmara, e ele não retornou para nova apreciação dos deputados. “Houve uma pressa para aprovar tudo a tempo de valer nas próximas eleições que vai custar caro”, disse Márlon ao Correio Político. “Mas a verdade é que não vamos conseguir corrigir o atual quadro de escândalo de desvio de verbas públicas de emendas parlamentares e outros desmandos sem mexer no sistema eleitoral”, diz ele. E esse deverá ser o próximo passo do MCCE.

“Me dá 10 mil votos”

“Você me dá 10 mil votos que eu te dou uma verba”. Essa frase resume como se dão os acertos dos caciques com prefeitos e outras autoridades. É assim que esses caciques vão tendo o controle absoluto das suas listas partidárias, sabendo com grande grau de precisão quem elegerão em cada estado. “Elegemos pessoas em um modelo extremamente caótico”, diz Márlon Reis.

Não transparente

“É um sistema que não é transparente, mas que é totalmente controlado pelos dirigentes partidários”, resume Márlon Reis. Para Márlon, esse controle atingiu tal ponto que os mecanismos existentes de fiscalização na Justiça Eleitoral perderam a sua importância. Isso gera todas as demais distorções.

Verbas

Então, a partir desse controle quase absoluto do processo de eleição dos deputados, toda a discussão passa a girar em torno de distribuição de recursos financeiros. Fundo Partidário. Verbas de emendas parlamentares ao orçamento. Verbas de gabinete. O modelo virou uma usina de escândalos.

Jabuticaba

Márlon não é contrário ao sistema proporcional. “Ele é um grande avanço democrático”, afirma. Mas é totalmente contrário ao sistema proporcional brasileiro. Esse é uma jabuticaba. Nenhum outro país tem o sistema proporcional com lista aberta como é o brasileiro desde 1932.

Mudança

Assim, o MCCE tem uma proposta de mudança. Na verdade, ela foi elaborada ainda antes do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. “A partir daquele momento, congelamos esse movimento porque caímos na necessidade do controle de todos os problemas mais graves que vieram daquele episódio”. Agora, será retomada.

Dois turnos

O sistema proposto pelo MCCE tira a formação da lista das mãos dos caciques. Propõe a eleição para deputado em dois turnos. No primeiro turno, o eleitor votaria somente no partido. E esse voto formaria uma lista inicial de cada partido proporcionalmente ao número de votos obtido.

Decisão do eleitor

Então, os nomes dessas listas partidárias iniciais seriam submetidas ao eleitor em um segundo turno. E, nesse segundo turno, seria o eleitor, e não mais o cacique, quem decidiria quem tem mais votos e seria eleito. O MCCE já obteve um milhão de apoios ao projeto. Irá atrás agora dos outros 500 mil.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Assessora de Lira foi um dos alvos da operação

Operação chega ao entorno de Arthur Lira

Ex-assessora do ex-presidente da Câmara é alvo da Polícia Federal

Por Beatriz Matos

A Polícia Federal deflagrou, na sexta-feira (12), a Operação Transparência, para apurar irregularidades na destinação de recursos públicos por meio de emendas parlamentares. A surpresa veio quando foi revelado que uma ex-assessora do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, é alvo direto da investigação autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A investigação foi determinada pelo ministro Flávio Dino, no âmbito de um inquérito que apura indícios de execução irregular de emendas ao orçamento da União, mesmo após o STF ter declarado o fim do chamado orçamento secreto. Segundo a decisão, há elementos que apontam para a atuação de uma estrutura administrativa centralizada, responsável por reorganizar e direcionar recursos públicos à margem das regras de transparência estabelecidas pela Corte.

Salinha do orçamento

A operação agitou os corretores da Câmara dos Deputados. Um dos acessos do Anexo II chegou a ser bloqueado para o cumprimento dos mandados de busca e apreensão, concentrados na chamada “salinha do orçamento” — espaço administrativo usado para a coordenação técnica da liberação de emendas parlamentares.

Segundo a investigação, o local funcionava como um centro de controle de planilhas, listas e encaminhamentos relacionados à destinação de recursos, especialmente no período em que o orçamento secreto esteve em vigor. Foi nesse ambiente que atuava Mariângela Fialek, conhecida como Tuca, apontada pela Polícia Federal como figura central na operacionalização dessas emendas. Além da Câmara, a casa da ex-assessora também foi alvo de buscas.

Ligação com Lira

Arthur Lira foi procurado, mas informou, por meio de sua assessoria, que não iria se manifestar sob o argumento de que não é alvo da operação. Apesar disso, a relação entre o ex-presidente da Câmara e a investigada é direta e documentada.

Mariângela Fialek trabalhou no gabinete de Lira entre março de 2021 a 2025. Após esse período, passou a atuar na liderança do Progressistas (PP), partido comandado por Lira, permanecendo em posição estratégica mesmo após a troca no comando da Casa.

Na decisão, o ministro Flávio Dino destaca que há indícios de que a servidora continuou exercendo papel relevante no controle da destinação de emendas parlamentares, inclusive após o encerramento formal do orçamento secreto.